

Opinião

EDITORIAL

Um mero objeto de decoração?

Em dezembro de 2015, o então vice-presidente Michel Temer enviou uma famosa carta a Dilma Rousseff na qual selava seu rompimento com o governo. Foi a senha para o início do desembarque do PMDB da administração petista, que foi concluído em março do ano seguinte e praticamente determinou a conta final do impeachment dois meses depois. Na carta, Temer queixou-se que passou os quatro primeiros anos da gestão Dilma como um “vice decorativo”. O risco de o agora presidente tornar-se novamente um mero bibelô é alto.

É normal que a desintegração do protagonismo político seja a marca do início do fim de um mandato. Aconteceu com Fernando Collor e Dilma, que sofreram impeachment, mas também ocorreu com José Sarney, que terminou 1989 encastelado em Brasília e sem sequer participar da campanha eleitoral, dado que havia se tornado uma presença tóxica.

Temer é hoje tão impopular quanto sua antecessora, mas ainda goza de algum prestígio no Congresso Nacional. Isso não serve de grande alívio porque mesmo aliados antigos conversam cada vez mais abertamente sobre uma transição tranquila em caso de seu afastamento. A orientação para manter a agenda de reformas no Legislativo não significa apoio incondicional à figura do presidente. Essa posição é externada, por exemplo, pelo PPS de

Roberto Freire, que entregou o cargo de ministro da Cultura na semana passada.

Não por caso, toda a agenda de Michel Temer desde o último dia 17 é voltada à articulação política. Ontem, ele conseguiu reunir 18 senadores do PMDB para uma reunião no Palácio do Planalto. O convite não foi enviado para Renan Calheiros, que tem defendido uma “solução negociada” e ainda participou de ato de centrais sindicais contra as reformas.

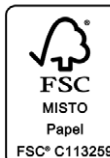
Enquanto Rodrigo Maia estuda os 14 pedidos de afastamento do presidente que chegaram à Câmara, aproxima-se o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE. Os próximos dias tendem a isolar ainda mais o presidente e torná-lo um objeto que em nada vai contribuir para harmonizar o ambiente.

PERDA DA RELEVÂNCIA POLÍTICA DE TEMER PODE TORNÁ-LO UMA FIGURA DESCARTÁVEL



Panorama
Diário
Comercial e
Publicidade
Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”



ASSOCIADO A
ANJ



CONSELHO EDITORIAL - Alaíde Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br;

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br;

EDITORA-FECHAMENTO: Lilliana Lavoratti - lilliana@dcicom.br;

EDITORES: Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Jô Pasquatto, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnôr Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; **AGÊNCIAS NOTICIOSAS:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br; **GERENTES:**

Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br - **Publicidade**

Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

Publicidade - Para anunciar:

(11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial,

institucional@dcicom.br/

comercial.legal@dcicom.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):

Dúvidas, sugestões ou reclamações:

(11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, email: atendimento@dcicom.br;

Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324,

assinaturas@dcicom.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, email:

redacao@dcicom.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho,

90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156,

sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliana@dcicom.br



PLANO DE VOO

País entre incerteza e imprevisibilidade

Entre a incerteza e a imprevisibilidade oscila o cenário do Brasil, desde as denúncias, semana passada, do envolvimento do presidente Michel Temer (PMDB) em mais um escândalo de corrupção, o do propinoduto da JBS. A repetição do vandalismo e do confronto entre a polícia e manifestantes ocorridos ontem, em um protesto em Brasília, pode fazer o País pender mais para a imprevisibilidade, piorando as expectativas sobre o futuro. “O dado positivo da situação que estamos vivendo é que a economia e as instituições brasileiras estão mais resilientes em relação ao passado, fornecendo algumas âncoras para atravessar um quadro como o atual.”

Mercado é pragmático

A opinião acima é do economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Nicolas Tingas. “As dificuldades atuais estão precificadas e, por enquanto, a alta do dólar ficou abaixo da registrada em crises anteriores; a Bolsa caiu, mas se recuperou rapidamente porque os estrangeiros continuam apostando aqui. Para o mercado, o importante é uma solução rápida e a sinalização de que as reformas não serão paralisadas. O mercado é pragmático, quer que a economia funcione”, disse Tingas à Plano de Voo.

Danos à economia real

Mas se, no curto prazo, o desfecho sobre o governo federal e quem virá no “pós-Temer” provoca uma volatilidade controlada – pelo menos a julgar pela situação atual –, na economia real, no médio e longo prazo, o resultado não será bom. “O mais grave é o impacto sobre a produção e o emprego. Se as reformas e o programa de concessões não forem levados adiante, o país corre sério risco de sofrer um terceiro ano de recessão e da taxa de desemprego assumir nível recorde”, afirma Gesner Oliveira, economista da consultoria GO Associados. A economia depende da política.

Efeito colateral

O “choque JBS” pode aumentar o desequilíbrio nas contas públicas, colocando em risco não só a meta de R\$ 143 bilhões de déficit primário neste ano, mas até mesmo o cumprimento da Emenda Constitucional 49, que fixou teto para gastos do governo federal, enfatiza o professor de Economia da Unicamp, Geraldo Biasoto. “A crise política deve manter a economia estagnada, eliminando chances de recuperação da receita tributária, gerando ainda dificuldades para outras receitas. Na área das despesas, ressalta Biasoto, seguem a expansão com servidores e Previdência.

E os juros?

Os acontecimentos em curso colocarão um peso extra nas decisões de política monetária, especialmente na reunião do Copom, dias 30 e 31 de maio deste mês. “O Banco Central poderá se ver no meio de uma encruzilhada: continuar com o afrouxamento monetário ou acomodar o movimento de aversão a risco? Poderia ser reduzido o ritmo da queda da taxa básica de juros para apenas 0,5 ponto porcentual, mas colocar um viés de baixa, possibilitando a continuidade dos cortes”, diz João Ricardo Costa Filho, da Faculdade de Economia da FAAP.

ARTIGO

Depois do terremoto

Substituto de Temer precisará de ajuste fiscal com aumento de tributos

As gravíssimas denúncias feitas na quarta-feira da semana passada (17) contra a figura do presidente da República, Michel Temer (PMDB), parecem ter inviabilizado, em definitivo, a sua permanência no cargo. Nos bastidores de Brasília já se discute um possível nome de consenso para assumir, por via de eleição indireta, conforme dispõe a Constituição Federal, a Presidência da República.

Caso esse cenário se concretize, quais os possíveis impactos sobre a agenda de reformas e sobre a trajetória do nível de atividade econômica do País?

O cenário no qual um presidente da República é eleito, por via indireta, para um “mandato tampão” não parece ser o mais apropriado para a realização de reformas constitucionais, notadamente aquela que tem impacto profundo e duradouro sobre a vida dos brasileiros, ou seja, a reforma previdenciária.

O presidente Michel Temer – ainda que para alguns segmentos mais radicais da sociedade brasileira fosse considerado como “ilegítimo” – foi eleito, na chapa encabeçada por Dilma Rousseff (PT), por 54 milhões de votos.

O novo presidente, que poderá ser eleito no cenário de interrupção do mandato de Temer, será eleito com os votos de algumas centenas de deputados e senadores, muitos dos quais estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal. Não é necessário ser um gênio político para concluir que, nessas condições, o Presidente da República terá pouca legitimidade para conduzir as articulações políticas necessárias para encaminhar a reforma da previdência. Dada a importância do tema e o seu impacto sobre a vida de milhões de brasileiros é mais prudente deixar a questão para ser tratada pelo Presidente que for eleito, por sufrágio direto, no final de 2018. Querer realizar a reforma da Previdência a

toque de caixa é assumir o risco de ver a mesma revertida pela próxima legislatura, em função da pressão exercida pelo novo Presidente da República, o qual contará com a legitimidade obtida nas urnas.

Nesse contexto, o eventual substituto de Michel Temer deverá se concentrar em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, garantir a manutenção da ordem constitucional vigente até a realização das eleições no final de 2018. Em segundo lugar, encaminhar as medidas necessárias para viabilizar a saída da recessão na qual se encontra a economia brasileira desde o segundo trimestre de 2014.

Para tanto, o presidente a ser escolhido pelo Congresso Nacional precisará adotar um ajuste fiscal de emergência, baseado no aumento de impostos e contribuições, de forma a sinalizar para os agentes econômicos uma redução significativa do déficit primário da União a partir do exercício fiscal de 2018. Para que o ajuste não recaia mais pesadamente sobre os mais pobres e tão pouco reduza a capacidade de auto-financiamento das empresas,

pode-se propor a recriação do Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos distribuídos, extinto em 1997 pelo governo FHC. Esse imposto tem um potencial arrecadatório de algumas dezenas de bilhões de reais. Outra possibilidade é a recriação da CPMF para um prazo pré-determinado (máximo 5 anos), o que poderia gerar algo como R\$ 50 bilhões de arrecadação. O aumento de receita obtido com esses novos impostos e contribuições, ao reduzir o déficit primário da União, compraria o tempo necessário para se discutir, calma e serenamente, a melhor forma de se fazer a reforma da previdência.

JOSÉ LUIS OREIRO

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNB



jose.oreiro@ie.ufrj.br

